

HABEAS CORPUS Nº 548.432 - SP (2019/0356133-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMONE LAVELLE GODOY DE OLIVEIRA - SP271161
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS HENRIQUE DINIZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LUCAS HENRIQUE DINIZ em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim relatado (fls. 95-96):

Ao relatório da r. sentença acrescento que LUCAS HENRIQUE DINIZ e CARLOS ROBERTO VANINI JÚNIOR foram denunciados perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Vicente, nos autos de Processo Crime nº 1500404-91.2018.8.26.0536, sendo, ao final, o primeiro, condenado às penas de 05 anos e 04 meses de reclusão e, 13 dias- multa, no valor diário mínimo, como incurso no art. 157, § 2º, I e II, c.c. art. 65, III, “d”; absolvido sumariamente da prática do crime previsto no art. 121, § 2º, V e VII, c.c. art. 14, II; e, absolvido da prática do crime previsto no art. 329, todos do Código Penal, com fundamento no art. 386, IV, do Código de Processo Penal (fls. 250/255); e, o segundo, teve declarada extinta a punibilidade em razão de seu falecimento (fls. 146).

Inconformado, o MINISTÉRIO PÚBLICO interpôs Apelação, pugnando, em suas Razões, pela reforma da dosimetria da pena fixada, a fim de que a pena-base seja elevada, em razão das circunstâncias e consequências do crime, bem como seja aumentada a reprimenda na terceira fase, considerando a presença de duas majorantes (fls. 271/276).

O Apelado ofertou Contrarrazões, pugnando pelo não provimento do recurso do adverso (fls. 332/337).

Com a remessa dos autos a esta Instância, através de Parecer, a d. Procuradoria Geral de Justiça se manifestou pelo acolhimento da pretensão recursal do MINISTÉRIO PÚBLICO (fls. 347/351).

Decorrido o prazo para que as partes se manifestassem acerca de eventual oposição ao julgamento virtual, nos termos do art. 1º, da Resolução nº 549/2011, com redação estabelecida pela Resolução nº 772/2017, ambas do Colendo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não houve oposição a esta forma de julgamento, tendo a d. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO sido devidamente intimada aos 16.07.2019 (fls. 344).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais 13 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

Ato seguinte, o Ministério Público interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, o qual lhe proveu para alterar a reprimenda para 5 anos e 6 meses de reclusão, mais 13 dias-multa.

No presente *habeas corpus*, alega a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que a fração de 3/8, aplicada na terceira fase da dosimetria, referente às causas de aumento do roubo, não teria sido fundamentada em elementos concretos, mas apenas no número de majorantes reconhecidas, malferindo, assim, o enunciado sumular n. 443 desta Corte superior.

Afirma, ainda, que o regime inicial deveria ser abrandado para o semiaberto, uma vez que o mais severo foi fixado em esteio na gravida em abstrato do delito.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem constitucional para que o paciente aguarde o julgamento do *mandamus* em liberdade, ou que seja alterado o regime inicial. No mérito, pugna pela redução da fração, na terceira fase da dosimetria, e alteração do modo prisional para o intermediário.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão liminar de aguardar o julgamento do *habeas corpus* em liberdade, em razão da possibilidade de redução da pena final e abrandamento do regime inicial, é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo o exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator